



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1865026 - SP (2020/0054125-8)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : GIULER HENRIQUE RODRIGUES DE FREITAS
ADVOGADO : MÁRCIO SILVA COELHO - SP045683

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Instituto Nacional do Seguro Social** - INSS, com fundamento no art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 95):

ACIDENTE DO TRABALHO — AUXÍLIO-ACIDENTE — Acidente de trabalho — Fratura do braço esquerdo — Nexo causal e incapacidade laborativa comprovados — Ação procedente — Benefício devido — Salário-de-benefício apurado pelo único salário-de-contribuição no período — Viabilidade — Atualização monetária — Recurso da autarquia desprovido, do autor provido e oficial parcialmente.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 119).

Aponta o recorrente violação aos arts. 475, I, e 535 do CPC/73, 28, 29 e 35 da Lei 8.213/91, 395, 396 e 397 do CC, 1º-F, da Lei 9.494/97, 5º, da Lei 11.960/09 e 6º da LICC. Sustenta, em síntese: (I) negativa de prestação jurisdicional, (II) Não se pode admitir que se adote o salário de contribuição vigente na data do acidente, para fins de apuração do salário de benefício" (fl. 132), (III) indevidos juros de mora, a contar da data de apresentação da memória de cálculo de liquidação" (fl. 135) e (IV) a aplicação da Lei 11.960/09 ao presente caso.

Devidamente intimada, a parte recorrida apresentou contrarrazões ao recurso especial, conforme petição de fls. 157/160.

Em novo exame por força do art. 1.030, II, do CPC/2015, o acórdão foi modificado, cuja ementa se colhe (fl. 183):

RECURSO ESPECIAL. CONTROVÉRSIA REPETITIVA. Artigo 1.030, inciso II, do CPC/2015. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICABILIDADE DA LEI 11.960/09. Questão decidida pelo C. STF, no RE 870.947/SE (Tema 810 de repercussão geral), definindo o IPCA-E como índice de correção monetária das prestação em atraso, em substituição à TR e pelo C. STJ, no REsp 1.495.146/MG (Tema 905 de controvérsia repetitiva), definindo o INPC como índice de m correção monetária no período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, ambos fixando os juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.497, com redação dada pela Lei 11.960/2009). Modificação do entendimento inicialmente contido no v. acórdão recorrido para aplicar o INPC até 30/06/2009, discutindo-se na fase de execução o índice aplicável a a partir de 01/07/2009, bem como juros conforme o índice

de remuneração da caderneta de poupança, a partir da vigência da Lei 11.960/2009.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De início, ressalta-se que na sistemática introduzida pelo artigo 543-C do CPC/73, incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei 11.672/2008. Essa conclusão pode ser extraída da fundamentação constante da Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe de 12/5/2011, submetida à apreciação da Corte Especial:

"A edição da Lei n. 11.672, de 8.5.2008, decorreu, sabidamente, da explosão de processos repetidos junto ao Superior Tribunal de Justiça, ensejando centenas e, conforme a matéria, milhares de julgados idênticos, mesmo após a questão jurídica já estar pacificada.

O mecanismo criado no referido diploma, assim, foi a solução encontrada para afastar julgamentos meramente 'burocráticos' nesta Corte, já que previsível o resultado desses diante da orientação firmada em leading case pelo órgão judicante competente.

Não se perca de vista que a redução de processos idênticos permite que o Superior Tribunal de Justiça se ocupe cada vez mais de questões novas, ainda não resolvidas, e relevantes para as partes e para o País.

Assim, criado o mecanismo legal para acabar com inúmeros julgamentos desnecessários e inviabilizadores de atividade jurisdicional ágil e com qualidade, os objetivos da lei devem, então, ser seguidos também no momento de interpretação dos dispositivos por ela inseridos no Código de Processo Civil e a ela vinculados, sob pena de tornar o esforço legislativo totalmente inócuo e de eternizar a insatisfação das pessoas que buscam o Poder Judiciário com esperança de uma justiça rápida."

A seguir, verifica-se, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Com relação o art. 1º-F da Lei 9.494/97, conforme se verifica dos autos, o Tribunal a quo, em juízo de retratação previsto no art. 1.030, II, do CPC/15, proferiu novo julgamento e modificou o entendimento anteriormente exarado.

Dessa forma, como houve alteração do fundamento adotado pela Corte de origem, a retificação do apelo nobre anteriormente interposto seria medida de rigor, sob pena de aplicação, por analogia, da Súmula 579/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 543-C, § 7º, INC. II, DO CPC/1973. ACÓRDÃO MANTIDO, MAS COM FUNDAMENTO NOVO. NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 579/STJ.

1. Submetido o recurso especial a juízo de retratação e reapreciado o caso, conforme o art. 543-C, § 7º, inc. II, do CPC/1973, o acórdão hostilizado foi mantido, acrescentando-se, todavia, fundamento novo.
 2. Hipótese em que necessária a ratificação do recurso especial, providência não observada. Incidência, por analogia, da Súmula 579/STJ.
 3. Agravo interno não provido.
- (AgInt no AREsp 828.379/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 25/08/2017)**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PROFERIDO NOS TERMOS DO ART. 543-C, § 7º, II, DO CPC. FALTA DE RATIFICAÇÃO. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA.

1. "É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação" - Súmula 418/STJ.
 2. Hipótese em que o Recurso Especial foi submetido a juízo de retratação em razão de a matéria versada nele Recurso Especial ter sido submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos. Posteriormente, o órgão colegiado reapreciou o tema com base no art. 543-C, § 7º, II, do CPC; manteve-se o acórdão hostilizado, mas o Recurso Especial não foi reiterado ou ratificado pela parte interessada.
- Agravo regimental improvido.
- (AgRg no REsp 1.479.578/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016)**

Ademais, com relação aos Temas nº 905 do STJ e nº 810 do STF, o Tribunal a quo assim se pronunciou, in verbis (fls. 184/196):

Todavia, em 20/09/2017 (DJe de 20/11/2017), o C. Supremo Tribunal Federal, no RE 870.947/SE, Tema 810 de repercussão geral, declarou a inconstitucionalidade da TR como índice de atualização, a ser feita pelo IPCA-E. Transcreve-se a ementa:

(...)

Assim sendo, impõe-se rever o entendimento antes adotado pela Turma Julgadora, em adequação ao decidido pelos Tribunais Superiores. Observe-se que apesar de o C. Supremo Tribunal Federal, através de Decisão Monocrática proferida em 24/09/2018 pelo Ministro Luiz Fux, ter atribuído efeito suspensivo aos Embargos de Declaração opostos contra o v. acórdão proferido no RE 870.947/SE (Tema 810) e ter determinado a suspensão do decidido, por óbvio que eventual alteração no referido julgado há de ser aplicada ao caso destes autos, discutindo-se o índice de correção monetária cabível apenas na fase executiva.

Observa-se que a Corte local decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, matéria insuscetível de ser examinada em sede de recurso especial.

Portanto, ultimada a resolução da controvérsia em repercussão geral, denotando a primazia do viés constitucional do tema em debate, caso não é de enfrentá-lo na seara do recurso especial ou do agravo dele decorrente (AREsp).

Quanto ao cálculo do benefício, mister consignar que, nos termos do art. 35 da Lei

n. 8.213/91, apenas se justifica o pagamento do benefício no valor mínimo, quando o segurado não dispuser de provas acerca do valor dos salários-de-contribuição relativos ao período básico de cálculo, constando do próprio dispositivo legal que essa renda será revista quando da apresentação da citada prova, veja-se:

Art. 35. Ao segurado empregado que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado mas não possam comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação da prova dos salários-de-contribuição.

No caso, a Corte de origem decidiu que (fls. 98/99):

O recurso do autor merece provimento no sentido do benefício ser calculado sobre o salário-de-contribuição, vez que o segurado havia recebido o primeiro salário na condição de registrado em CTPS.

(...).

Portanto, o benefício será calculado sobre o salário-de-contribuição no mês do acidente e sobre o valor total, pois completou o mês trabalhado.

Assim, não se vislumbra a aludida violação aos artigos de lei apontados, porquanto o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento deste Tribunal. A propósito :

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO ACIDENTE. ART. 35 DA LEI Nº 8.213/1991. INAPLICABILIDADE. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO NO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO. EXISTÊNCIA. ANALOGIA IN MALAM PARTEM. IMPOSSIBILIDADE.

1. O art. 35 da Lei de Benefícios só deve ser aplicado quando, de fato, não for possível a demonstração do valor do salário de contribuição no período básico de cálculo, situação diversa da que aqui se cuida.

2. Na hipótese, a par de haver salários de contribuição a serem considerados, quais sejam, os anteriores à aposentação do segurado, a adoção do salário mínimo como parâmetro para a definição do valor do salário de benefício importaria em prejuízo ao segurado. Ou seja, caracterizar-se-ia analogia in malam partem, o que não pode ser admitido.

3. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp nº 1.159.708/RS, relatora a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 6/12/2012)

Ademais, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Por fim, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 579.431/RS, em repercussão geral, assentou a compreensão segundo a qual "incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório".

Confira-se a ementa do referido julgado:

JUROS DA MORA - FAZENDA PÚBLICA - DÍVIDA - REQUISIÇÃO OU PRECATÓRIO. Incidem juros da mora entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório. (RE 579.431/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO, TRIBUNAL PLENO, julgado em 19/04/2017, DJe 30/06/2017).

Perfilhando essa orientação, o Superior Tribunal de Justiça realinhou a sua jurisprudência, conforme se vê dos seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA CONCERNENTES AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS E A DATA DA EXPEDIÇÃO DO OFÍCIO REQUISITÓRIO. INCIDÊNCIA.

ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF ASSENTADO NO RE 579.431/RS.

1. Cabível a oposição de embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão, ou, ainda, para corrigir erro material, de acordo com o art. 1.022, I, II e III, do Código de Processo Civil.

2. Excepcionalmente, o Superior Tribunal de Justiça admite a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração, a fim de que o acórdão embargado seja adequado ao decidido em sede de recursos extraordinário ou especial submetidos, respectivamente, aos regimes dos arts. 543-B e 543-C do CPC/1973 (art. 1.036 a 1.041 do CPC/2015), situação que se amolda ao caso dos autos.

3. No julgamento do RE n. 579.431/RS, o Supremo Tribunal Federal fixou tese nos seguintes termos: "Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório".

4. Embargos de Declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para negar provimento ao recurso especial do INSS.

(EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1617432/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/09/2017, DJe 13/10/2017).

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VERBAS SALARIAIS. PRECATÓRIO. JUROS ENTRE A DATA DA HOMOLOGAÇÃO E A EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO/RPV. RE 579.431/RS. CABIMENTO DE JUROS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NOS EMBARGOS. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STF.

I - No julgamento do REsp 1.143.677/RS, Rel. Min. Luiz Fux, sob o regime do art. 543-C do CPC, a Corte Especial havia consolidado o entendimento no sentido de que não incidem juros moratórios entre a data da elaboração da conta de liquidação e a do efetivo pagamento do precatório ou da requisição de pequeno valor (RPV).

II - Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do recurso extraordinário 579.431/RS, em 19 de abril de 2017, decidiu que incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

III - Assim, diante da recente decisão do Supremo Tribunal Federal, deixa-se de aplicar o entendimento do Recurso Repetitivo 1.143.677/RS, para, alinhado ao STF, decidir que incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

IV - Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, em caráter excepcional, para realizar a adequação prevista no art. 1.040 do CPC/2015 e dar provimento ao recurso especial.

(EDcl no AgInt no REsp 1600336/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 04/10/2017).

PROCESSUAL CIVIL. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS E A EXPEDIÇÃO DA RPV OU DO PRECATÓRIO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, DO CPC/2015.

1. A irresignação deve ser acolhida, pois em 19.4.2017, no julgamento do RE 579.431, com repercussão geral reconhecida, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que incidem juros de mora no período compreendido entre a data de elaboração de cálculos e a expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório. Na mesma linha: AgInt no REsp 1.655.826/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13.6.2017, DJe 20.6.2017.

2. Agravo Interno provido.

(AgRg no REsp 1573171/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 11/10/2017).

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao recuso especial.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Sérgio Kukina

Relator